

ARTIGOS

NILO PEÇANHA E AS ORIGENS DA ASSESSORIA DE IMPRENSA NO BRASIL¹

NILO PEÇANHA Y EL ORIGEN DE LA ASESORÍA DE PRENSA EN BRASIL

NILO PEÇANHA AND THE ORIGIN OF PRESS ADVISORY IN BRAZIL

Vitor Luiz Menezes Gomes²

RESUMO:

A origem da atividade de assessoria de imprensa no Brasil, em 1909, apenas três anos após o início deste serviço nos Estados Unidos pelas mãos do pioneiro Ivy Lee, é reconstituída neste artigo, que sistematiza registros deste nascimento no governo do presidente Nilo Peçanha, para atendimento de propósitos educacionais e de divulgação das ações do Ministério da Agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Assessoria de Imprensa. Assessoria de Comunicação. Agricultura. Nilo Peçanha.

RESUMEN:

Este artículo reconstruye el origen de la actividad de la asesoría de prensa en Brasil, en 1909, tres años después del comienzo de este servicio en los Estados Unidos de

¹ Versão revista e atualizada de texto originalmente aceito por meio de edital da Eduenf (Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF), de chamamento de contribuições para e-book comemorativo do sesquicentenário de Nilo Peçanha.

² Jornalista e professor no Curso de Jornalismo do Centro Universitário Fluminense (Uniflu). Mestre em Sociologia pelo IUPERJ. Doutorando em Cognição e Linguagem na UENF. E-mail: vimegeral@gmail.com

manos de la pionera Ivy Lee. Este trabajo sistematiza los registros de este nacimiento en el gobierno del presidente Nilo Peçanha (1909-1910), para fines de uso educativo y difusión de las acciones del Ministerio de Agricultura.

PALABRAS CLAVE: Periodismo. Asesoría de prensa. Asesoría de comunicación. Agricultura. Nilo Peçanha.

ABSTRACT:

The origin of the activity of press advisory in Brazil, in 1909, only three years later of the beginning of this service in the United States by the hands of the pioneer Ivy Lee, is reconstituted in this article, which systematizes records of this birth in the government of the president Nilo Peçanha, in order to serve the educational purposes and to disclose the actions of the Agriculture Ministry.

KEYWORDS: Journalism. Press advisory. Communication Advisory. Agriculture. Nilo Peçanha.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A criação da Assessoria de Imprensa no Brasil completou 110 anos em 2019. Atualmente, a área emprega número expressivo de jornalistas no país. Suas origens estão relacionadas à passagem de Nilo Peçanha pela Presidência da República. Em 1909, ao reestruturar o Ministério da Agricultura, o governo de Nilo Peçanha criou na Pasta o “Serviço de Publicações e Bibliotecas”. Tendo a imprensa como instrumento mediador, o serviço foi considerado estratégico na relação com a população que habitava, majoritariamente, as áreas rurais.³

Fundado em pesquisa bibliográfica, o objetivo deste artigo é sistematizar um conjunto de referências, ainda esparsas, que situam no serviço criado no governo de Nilo Peçanha a origem do assessoramento de imprensa no Brasil, não desconsiderando a noção amplificada de comunicação constante dos propósitos iniciais do ex-presidente, com significativo caráter educacional e de propaganda. Mediante esse objetivo, é identificada, entre as atribuições da área implantada no Ministério da Agricultura, a dimensão específica da produção de conteúdo com

³ Essa prevalência viria ser alterada na década de 1950, quando o Brasil passou a ser mais urbano do que rural.

linguagem jornalística e o relacionamento sistemático e profissional com os veículos de imprensa, o que caracteriza a atuação de uma assessoria de imprensa.

Para tanto, são tomados autores das áreas de Assessoria de Imprensa e de Assessoria de Comunicação — como Chinem, Jorge Duarte, Manuel Chaparro, Luciana Santos Tardioli, Elisa Koplin, Ferraretto, Lorenzon e Mawakdiye —, assim como autores dedicados especificamente ao estudo do legado de Nilo Peçanha, entre pesquisadores contemporâneos e memorialistas — como Sindulfo Guedes Santiago, Brígido Tinoco e José Antonio de Souza Veiga.

2 – O NASCIMENTO DE AI NO BRASIL EM UM MINISTÉRIO DA ÁREA AGRÍCOLA

De acordo com Chinem (2003), a Assessoria de Imprensa é uma atividade profissional que nasce com o crescimento da indústria da comunicação de massa. A relação com a imprensa — e a consequente preocupação com a criação de uma imagem pública mediada por esta imprensa — se tornou uma necessidade na condução de negócios e de governos. Alguns dos motivos para tanto foi a elevação da densidade social em fins do século XIX e primeira metade do século XX, o desenvolvimento de tecnologias que haviam aumentado a circulação dos jornais impressos e, em seguida, permitido a criação primeiramente do rádio e, em seguida, da televisão, em associação com o adensamento das cidades e com a crescente industrialização.

A modernização da sociedade trouxe ao ser humano a necessidade de obter cada vez mais informação, o que, em larga escala, levou ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Essa situação, por sua vez, também fez com que indivíduos e organizações passassem a vislumbrar no noticiário transmitido por jornais, revistas, emissoras de rádio, de televisão e na rede mundial de computadores a sua grande possibilidade de divulgar fatos e opiniões para a sociedade. Para intermediar e aprimorar esse processo, surgiu a Assessoria de Imprensa que, apesar de o nome sugerir, não está a serviço da imprensa mas faz o contato a partir da empresa e se relaciona permanentemente com ela. (CHINEN, 2003, p. 11).

Por sua vez, a influência de Nilo Peçanha na política do início do século XX, sua origem e sua trajetória foram registradas por ampla bibliografia que, descontado algum caráter excessivamente laudatório, permite apreender aspectos objetivos da sua relevância pública. Memorialistas como Santiago (1962) e Tinoco (1962)

ocuparam-se do registro de aspectos biográficos pessoais e políticos do ex-presidente. A reconstituição desses elementos não é do escopo desse texto. Contudo, apenas a título de exemplo, tome-se o que diz Santiago:

Nilo Peçanha foi um dos mais emitentes estadistas brasileiros. Nascido na Freguezia de Nossa Senhora da Penha do Morro do Côco, município de Campos, no dia 2 de Outubro de 1867, foi incontestavelmente um fluminense dos mais ilustres e um dos estadistas brasileiros de maior porte moral, intelectual e político [...]. Abolicionista e republicano ao despontar de sua juventude, deputado constituinte de 1891 aos 24 anos de idade, foi dos que elaboraram a primeira Carta Magna do regime republicano ao lado de Prudente de Morais, Rui Barbosa, Campos Sales, Epitácio Pessoa, Pinheiro Machado e outros vultos eminentes da história brasileira. Vice-presidente da República e após Presidente com apenas 42 anos, Ministro de Estado, Governador do Estado do Rio em dois mandatos, morreu aos 56 anos deixando os maiores exemplos de honradez pessoal, dignidade pública e moral doméstica que precisam ser lembrados nas escolas, nos parlamentos e nos lares. (SANTIAGO, 1962, p.15-16).

O propósito central desta exposição é registrar a relação específica de Nilo Peçanha com o tema da agricultura, dado que a primeira assessoria de imprensa do Brasil tem origem justamente nesta Pasta, dinamizada no governo do ex-presidente campista para atender a demanda do setor mais importante da economia à época. Ao descrever a composição administrativa feita no governo por Nilo, Tinoco relata que o Ministério da Agricultura havia sido criado em 1906, mas só devidamente efetivado por seu biografado em 1909 (1962, p. 157).

Mesmo em setores oposicionistas na imprensa, afirma Tinoco, Nilo mereceu o reconhecimento porque "se dispusera a governar por si mesmo e a pacificar a família republicana" (1962, p. 158). A citação faz alusão ao caráter mais civil que Nilo Peçanha conseguira imprimir ao seu governo, colocando as forças armadas, que foram protagonistas do movimento republicano, em condição mais coadjuvante em um novo momento de inspirações liberais e democráticas. Ainda assim, as críticas vieram, como também registra Tinoco, e envolvendo o investimento de Nilo na área da Agricultura:

Conhecido órgão alerta que o govêrno nilista não será de economias como propalara. Se assim fôsse, não esbanjaria as verbas públicas com a instalação de nôvo ministério, como o da Agricultura. E frisava: 'Que motivo de interêsse público o exige?' O noticiário era faccioso e contraproducente. Produzia efeito contrário ao desejado. O povo

aplaudira a instalação, que preencheria sensível lacuna. O País fôra batizado, desde cedo, como essencialmente agrícola. (IBIDEM).

A prioridade conferida por Nilo à área de Agricultura, associada à propagação da educação no campo e no conhecimento tecnológico, também foi apontada por Celso Peçanha, que organizou o volume dos discursos e projetos parlamentares de Nilo Peçanha (Peçanha, 1988). Peçanha identifica a preocupação de Nilo com aquela área como algo relacionado à sua origem rural, dado que teria sido Nilo alguém "envolvido, desde a infância, pelos comentários e queixas dos que lavravam a terra", e que, em função disso, "uma de suas primeiras preocupações foi promover a instalação do Ministério da Agricultura, pasta criada em 1906, mas que só existia, até então, no ato legal que a instituiu" (PEÇANHA, 1988, p. 330).

Peçanha também registra a estruturação da administração pública em um País que estava nascendo para um ambiente republicano, mostrando que "no âmbito do Ministério da Agricultura e em outras áreas administrativas, foi diversificada e intensa a criação de órgãos e serviços" (ibidem). Um destes serviços seria justamente o de publicações e biblioteca no Ministério da Agricultura, o ancestral da assessoria de imprensa no Brasil.

Mesmo antes de assumir a Presidência da República, como parlamentar, Nilo havia demonstrado interesse em apoiar iniciativas de divulgação de conteúdos educativos. Foi de sua autoria o Projeto de Lei nº 72, de 1901, que declara o seguinte: "[...] gozarão de franquia postal a correspondência e as revistas dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, do Pará, Ceará, Bahia, São Paulo, Paraná e Santa Catarina e dos Institutos Arqueológicos de Alagoas e Pernambuco", uma vez que as "associações favorecidas são daquelas que, pelo serviço prestado ao desenvolvimento intelectual do país, pelos sacrifícios e abnegação que lhe custa o seu patriótico empreendimento, merecem as simpatias e o apoio dos poderes públicos." (PEÇANHA, 1988, p. 310-311).

3 – ORIGEM E LARGA UTILIZAÇÃO DA AI NO SETOR PÚBLICO

Autores da área de Relações Públicas e de Assessoria de Comunicação relatam que a ampliação destes serviços no Brasil aconteceu após a Segunda Guerra Mundial. São "desta época os primeiros escritórios internos de imprensa,

propaganda e relações públicas, trazidos pelas corporações americanas que vieram se instalar por aqui” (LORENZON; MAWAKDIYE, 2006, p. 9), chamando a atenção para a o nascimento e o crescimento da atividade no setor privado. No entanto, a presença das assessorias remontam a precedentes importantes no setor público, sendo lembrada a já mencionada implantação, por Nilo Peçanha, do Serviço de Informação e Biblioteca por Nilo Peçanha (que assume nomes diversos ao longo dos anos seguintes à sua criação, o que também gera algumas variações na denominação do serviço em diferentes autores).

O próprio Nilo cita, em discurso ao Legislativo, já como presidente da República, a criação do “Serviço de Publicações e Bibliotecas” do Ministério da Agricultura, entre dezenas de outros feitos, o que pode ser tomado como uma mostra de que o governante tinha consciência da relevância do ato: “Organizou-se o Serviço de Publicações e Bibliotecas, destinado à propaganda, por impressos, de tudo que se relacione com a agricultura e as indústrias rurais.” (PEÇANHA, 1988, p. 379).

Ao se propor a fazer uma descrição do “processo que levou à valorização da capacidade profissional do jornalista, para atuação no relacionamento com a imprensa e na comunicação institucional”, Duarte situa a origem da atividade no País no governo de Nilo Peçanha. Para o autor, um “indício concreto de preocupação com a sistematização da divulgação jornalística” no governo “ocorre em 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha, ao organizar a estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cria a Secção de Publicações e Bibliotheca para integrar serviços de atendimento, publicações, informações e propaganda” (DUARTE, 2006, p. 82).

Note-se a amplitude das atribuições do serviço, algo diverso do que ocorrera com o próprio nascimento da Assessoria de Imprensa nos Estados Unidos, atribuída ao jornalista Ivy Lee, apenas três anos antes.

Em 1906, fora criado um escritório para assessoramento do magnata John Rockefeller. Lee, como registra ampla literatura da área, procurou, por meio de uma “Carta de Princípios”, delimitar as fronteiras entre notícia e propaganda, interesses comerciais e de informações, sendo clássica a sua preconizada (embora nem sempre exercida) separação entre redação jornalística e departamento comercial dos veículos de comunicação.

Este não é um serviço de imprensa secreto. Todo nosso trabalho é feito às claras. Pretendemos fazer a divulgação de notícias. Isto não é agenciamento de anúncios. Se acharem que o nosso assunto ficaria melhor na seção comercial, não o usem. Nosso assunto é exato. Maiores detalhes, sobre qualquer questão, serão dados prontamente. E qualquer diretor de jornal interessado será auxiliado, com o maior prazer, na verificação direta de qualquer declaração de fato. Em resumo, nosso plano é divulgar, prontamente, para o bem das empresas e instituições públicas, com absoluta franqueza, à imprensa e ao público dos Estados Unidos, informações relativas a assuntos de valor e de interesse para o público. (LEE apud CHAPARRO, 2006, p. 36).

O serviço criado por Nilo Peçanha reunia ainda preocupações educacionais que estão na origem do ensino agrícola no Brasil. Sua intenção era qualificar a atividade rural brasileira por meio de informações que contribuíssem para melhorar os processos produtivos, em intenção precursora das ações de extensão agrícola tanto no governo federal como em governos estaduais nas décadas seguintes. Veiga (2010) detalha os propósitos educacionais constantes da estruturação do Ministério da Agricultura do governo Nilo Peçanha, assim como seu contexto político sob influência de uma oligarquia rural que procurava mostrar-se mais liberal ao mundo, em ambiente de ampliação das exportações. O autor traz ainda contribuição para o entendimento de que todo o projeto agrícola da gestão de Nilo Peçanha não pode ser atribuído apenas às características pessoais ou políticas do então presidente. Dentre os elementos responsáveis também estão demandas edificadas na correlação de forças políticas, bem como as respostas estatais que já vinham sendo construídas, inicialmente com o ato de criação do Ministério da Agricultura. O primeiro ministro designado foi o cafeicultor Antônio Cândido Rodrigues, que ocupara a titularidade da Secretaria de Agricultura de São Paulo, e foi responsável pela elaboração da Exposição de Motivos que justificavam aprimoramentos administrativos no próprio ministério:

As propostas e os argumentos ali expostos estão visíveis na ordenação legal referente ao ensino agrônômico que estava por vir. Nesse momento, defende-se um caráter essencialmente técnico em relação às atividades do Ministério. Pretende-se dotá-lo de gabinetes e laboratórios de estudos e investigações de caráter prático e de utilidade imediata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da agricultura e das indústrias agrícolas. Propõe-se organizar o Ministério com o intuito de atender ao ensino agrícola e a divulgação e propagação dos melhores processos culturais e de exploração das indústrias agrícolas, o que ocorrerá por meio dos institutos de ensino,

das estações agronômicas, dos campos de experiências e de demonstrações. (VEIGA, 2010, p.15).

Os objetivos esperados do Serviço de Publicações e Biblioteca – "atendimento, publicações, informações e propaganda" – trazem uma noção tão ampliada de comunicação que, aos olhos contemporâneos, poderia ser tomado de modo abrangente como um esforço mais próximo da publicidade governamental do que de informação de cunho jornalístico. No entanto, mesmo em meio a essa amplitude de propósitos, o serviço previa, como uma das suas atribuições, a produção de notícias. Algo marcadamente recortado como missão profissional do recém-criado campo criado por Ivy Lee, e que viria a ser o traço principal e a razão de ser de uma assessoria de imprensa até a atualidade. Duarte reforça esse aspecto essencialmente produtor de informações para subsidiar o noticiário dos veículos da imprensa:

O setor tinha como uma de suas finalidades reunir e distribuir informações 'por meio de notas ou notícias fornecidas à imprensa ou pelo Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, publicação que fica a seu cargo'. Ao chefe da 'seção' caberia o papel de 'redigir as notas e informações que devem ser fornecidas à imprensa sobre assumptos de interesse da lavoura, indústria e commercio'. Nos anos seguintes, sem mudança significativa nas responsabilidades, o setor passa a chamar-se Serviço de Informações e Divulgação. No regulamento deste último, a responsabilidade pelo atendimento a requisições oficiais e 'particulares sobre todos os assumptos a cargo do Ministerio', e pela confecção do Boletim que continha, além de informações técnicas, uma 'synopse de todos os actos do Governo (...) notícias e informações sobre agricultura, indústria e comércio (...) de modo a constituir uma fonte, a mais completa possível, de consulta e divulgação dos conhecimentos úteis aos lavradores, industriaes e commerciantes'. A grande tarefa era reunir, organizar e divulgar informações sobre indústria, comércio e agricultura e, para isso, todas as repartições do Ministério ficavam obrigadas a 'atender, sem demora, aos pedidos de dados e esclarecimentos que lhes forem solicitados pelo diretor do mesmo serviço'. (DUARTE, 2006, p. 82).

Essa estrutura criada na Pasta da Agricultura é a que deu origem, em 1915, com Nilo fora do governo, ao "Serviço de Informações". Duarte pesquisou as atribuições deste serviço previstas em decretos do Ministério, publicados no Diário Oficial entre 18/11/1909 e 04/03/1915. É possível perceber o foco ainda mais específico no caráter de assessoria de imprensa conferido à atividade, dado que sua missão passa a ser:

divulgar, pela imprensa, em notas concisas mas completas, informações (...) que possam influir para o desenvolvimento da produção nacional'. Entre as recomendações, o alerta de que as informações sobre trabalhos em andamento no Ministério só poderiam ser divulgadas depois de submetidas ao Ministro. (IBIDEM).

O desenvolvimento da área continuou nos anos seguintes nas estruturas governamentais, o que acabou por se tornar um traço essencial da formação da assessoria de imprensa no Brasil, muito mais presente nas estruturas públicas do que na atividade privada. Essa característica ensejou uma série de desconfiças em relação à legitimidade da atividade. Vide sua utilização por ciclos autoritários, especialmente no Estado Novo de Getúlio Vargas e na Ditadura Civil-Militar do pós-1964. As desconfiças viriam a ser dirimidas muito recentemente, com o entendimento mais claro das atribuições dos jornalistas nos serviços de assessoria de imprensa, respeitados os limites entre estes profissionais e os profissionais de Relações Públicas e de Publicidade.

Esse alargamento da presença das assessorias de imprensa nos aparatos estatais dos governos seguintes ao de Nilo Peçanha também foi registrado por Duarte:

Ainda na primeira metade do século XX, serviços de divulgação passaram a ser organizados em níveis federal e estaduais, com a presença dos chamados redatores, que produziam e distribuíam textos para a imprensa pelos gabinetes e *bureaus* de imprensa instalados em órgãos governamentais. Durante os anos 30 o governo federal torna política de Estado o controle e a disseminação de informações por meios de comunicação de massa e passa a organizar um sistema articulado, reunindo coordenação nacional e atuação local, e interfere diretamente com sua mão pesada em todos os meios de comunicação. (DUARTE, 2006, p. 82-83).

Tardioli (2008) também se ocupou do registro da primazia de Nilo na implantação do serviço de Assessoria de Imprensa no Brasil, lembrando a preocupação do ex-presidente em sistematizar a divulgação das atividades do Ministério da Agricultura. Esse pioneirismo foi citado ainda por Kopplin e Ferraretto que, ao contextualizarem a origem das atividades de assessoria de comunicação e relações públicas no País, situam como primeiras experiências no Brasil pré-industrial "dois parentes próximos dos atuais serviços de AI [Assessoria de Imprensa]: o Serviço de Informação e Divulgação do Ministério da Agricultura, misturando divulgação e comunicação institucional; e o Departamento de Relações

Públicas da The São Paulo Tramway Light and Power, a popular Light, que objetivava dar informações ao público”. (Kopplin e Ferraretto, 2001, p. 21)

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de ter durado apenas 17 meses, a atuação de Nilo Peçanha como presidente do Brasil guarda tal sorte de pioneirismo que ainda estava por ser melhor situada sua contribuição à recente república com a criação da Assessoria de Imprensa. Embora tenha sido originalmente nomeado como “Serviço de Publicação e Biblioteca”, a criação de Nilo Peçanha carregava o propósito de ser uma Assessoria de Imprensa.⁴ Isto se evidencia mediante atribuições específicas da AI, tais como a produção de notícias para publicação em veículos de comunicação e a confecção de boletins informativos. Estes levariam ao povo brasileiro informações sobre os feitos do governo na área da agricultura, central no cenário econômico da época.

O traço marcadamente público da assessoria de imprensa no Brasil viria a se estender, nas décadas seguintes, com a criação de estruturas semelhantes em outras áreas do governo federal e nos governos estaduais. Ainda na atualidade, o setor público preza pela manutenção de estruturas de comunicação. Inclusive em prefeituras e secretarias municipais. Há, assim, a consolidação da prática que tanto responde à necessidade de dar divulgação e transparência aos atos da administração por meio de conteúdos com linguagem jornalística, quanto avança sobre áreas ainda mais amplas na comunicação, como a publicidade, o marketing e as relações públicas.

Ainda que considerados todos problemas provocados pela interferência política inerentes ao próprio ambiente governamental, a atividade de Assessoria de Imprensa é estratégica e necessária para a governança, podendo desempenhar papel público relevante em uma democracia, especialmente na relação com uma imprensa privada concentrada em poucos veículos de abrangência nacional, como ocorre no caso brasileiro. A informação de governo é também um direito da cidadania, quando não é confundida com um mero instrumento de promoção

⁴ Outro exemplo de pioneirismo, além da própria efetivação do Ministério da Agricultura, costuma ser destacada a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, que originaram as Escolas Técnicas Federais, entre outras iniciativas estruturantes.

peçoal do governante. A propagação da informação, associada a uma missão educacional, foi o propósito de Nilo Peçanha com o seu pioneiro Serviço de Publicações e Biblioteca do Ministério da Agricultura.

REFERÊNCIAS

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de Assessoria de Imprensa. In DUARTE, Jorge (org). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 2ª ed. - 4ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de imprensa: como fazer*. 2. Ed. São Paulo: Summus, 2003.

DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa no Brasil. In DUARTE, Jorge (org). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 2ª ed. - 4ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

LORENZON, Gilberto; MAWAKDIYE, Alberto. *Manual de Assessoria de Imprensa*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002.

KOPPLIN, Elisa e FERRARETTO. *Assessoria de Imprensa: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

PEÇANHA, Nilo. *Perfis Parlamentares 35: Nilo Peçanha*. Seleção e introdução de PEÇANHA, Celso; colaboração MACIEIRAS, Ancelmo. 1ª edição, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988.

SANTIAGO, Sindulfo Guedes. *Nilo Peçanha: uma Época Política*. 1ª edição, Niterói: Livraria e Editora Sete, 1962.

TARDIOLI, Luciana Santos. A evolução da assessoria de imprensa no Brasil. [2008] Disponível em <http://parafalardecomunicacao.blogspot.com.br/2008/10/evolucao-da-assessoria-de-imprensa-no.html>. Acesso em: 27 abr. 2018.

TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

VEIGA, José Antonio de Souza. A Origem do Ensino Superior Agrícola Subordinado ao Ministério da Agricultura. *Revista Comunicações*. Ano 17, n. 1, p. 7-20. Piracicaba (SP), 2010. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/398/443>. Acesso em: 16 jul. 2018.